



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

Dê-se nova redação ao inciso II do § 1º do art. 20, ao § 2º do art. 20 e ao § 13 do art. 348; e acrescente-se § 3º ao art. 20 do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 20.....

§ 1º.....

.....

II – pelo autor ou pelo relator do projeto perante o Plenário ou Comissão de uma das duas Casas do Congresso Nacional, nos demais casos.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do § 1º deste artigo, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão consultar o Poder Executivo da União, o Comitê Gestor do IBS ou o Tribunal de Contas da União, que deverão apresentar a estimativa de impacto no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 3º O Poder Executivo da União e o Comitê Gestor do IBS compartilharão com o Tribunal de Contas da União e os órgãos de assessoramento técnico do Congresso Nacional, por meio de sistema eletrônico, base de dados que permita a realização da estimativa de impacto de que trata o § 2º deste artigo, obedecido o disposto no § 13 do art. 348 desta Lei.”

“Art. 348.....

.....

§ 13. O compartilhamento de dados e informações de que trata este artigo e o § 3º do art. 20 observará o disposto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

.....”



JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional é o órgão independente, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que exerce o Poder Legislativo, nos termos do art. 44 da Carta Magna. Essa independência foi conquistada com o reconhecimento de que a concentração de poder conduz ao seu abuso, como ensina Montesquieu e a experiência humana. A separação dos poderes, portanto, é uma obra do ser humano, a qual demanda constante vigilância para que se mantenha hígida, sob pena de colapso do próprio regime democrático.

Contudo, em matéria tributária, o fenômeno denominado por Bernardo Motta Moreira, consultor legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, “Governamentalização do Poder de Tributar” tem solapado as bases da independência do Legislativo e da democracia. Trata-se da concentração abusiva do poder decisório em matéria tributária nas mãos do Executivo, maculando a legitimidade do processo legislativo, em que vigora o princípio conhecido como “no taxation without representation”. A profusão de Medidas Provisórias sobre esse assunto e a utilização de impostos extrafiscais com fins arrecadatórios são demonstrações desse fenômeno.

Nesse sentido, outra de suas principais manifestações é a imposição de limitações descabidas à iniciativa parlamentar em matéria tributária. É isso que o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, de 2024, faz, ao exigir que o Congresso Nacional apresente a estimativa de impacto nas alíquotas de referência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) dos projetos de lei complementar em tramitação que reduzam ou aumentem a arrecadação desses tributos sem atribuir-lhe meios para que realize esse cálculo.

Essa emenda intenta corrigir essa violação à independência do Poder Legislativo.

Para isso, determina que a estimativa possa ser apresentada pelo autor ou pelo relator da proposição em Plenário ou em Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. Além disso, incumbimos ao Tribunal de Contas da União (TCU), juntamente com o Executivo e o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), o dever



de apresentar a estimativa de impacto, no prazo de 20 dias, atendendo a pedido de qualquer uma das Casas ou de suas Comissões. Afinal, o TCU possui o papel crucial de homologar a metodologia e os cálculos para fixação da alíquota de referência por resolução do Senado Federal. Porém de nada adiantaria essa previsão se não fosse acompanhada pelo expediente necessário à sua execução. Tendo isso em vista, determinamos que esses órgãos mantenham sistema eletrônico com base de dados que permita a realização da estimativa de impacto.

Não obstante, é imprescindível que os órgãos de assessoramento técnico do Congresso Nacional possuam acesso a esse banco de dados, a fim de evitar que cada ajuste na proposição seja acompanhada de novo pedido de cálculo para os órgãos responsáveis. Dessa forma, garantimos a validação das estimativas e a concretização de um processo legislativo mais transparente e qualificado, com amplo acesso a informações e projeções a fim de subsidiar a tomada de decisão pelos Parlamentares e publicizar os efeitos das medidas para toda a população.

Imperioso destacar que esse compartilhamento de dados e informações sujeitará os servidores ao dever de sigilo previsto no art. 198 do Código Tributário Nacional.

A história recente revela a importância dessa emenda. Não são poucas as vezes que o Executivo envia proposições legislativas sem estimativas de impacto, metodologias de cálculo ou mesmo com projeções contraditórias, além de aproveitar-se da assimetria informacional para contestar, judicialmente, os cálculos feitos pelo Poder Legislativo, como visto no debate sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e sobre a desoneração da folha de pagamentos.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

